



## MERCOSUL/RAADH/GT LGBT/ATA Nº 02/10

Realizou-se em Brasília, capital do Brasil, no dia 18 de outubro de 2010, a Reunião do Grupo de Trabalho LGBT, como parte da XVIII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Partes, com a presença das delegações do Brasil e Paraguai como países partes e a delegação do Chile como país associado.

A Reunião iniciou-se com os representantes do Governo do Brasil e do Paraguai, e com representantes da Sociedade Civil Organizada.

O representante da delegação brasileira e Coordenador do GT, Igo Martini, deu as boas vindas e agradeceu a presença das delegações e das representantes da sociedade civil.

Foram feitas as apresentações dos participantes da Delegação do Brasil: Igo Martini; da Delegação do Paraguai: Tânia Abdo; e das representantes da Sociedade Civil: Karen Lúcia Borges (Brasil) e Camila Zabala (Paraguai). Participaram como observadores: Patrícia Franco; Jeter Ribeiro, Eduardo Santarelo e Tânia Cavalcanti.

A Delegação do Brasil apresenta sua proposta de agenda com a leitura da mesma. Os demais participantes não apresentaram sugestões de alterações. Agenda mantida. A delegação do Paraguai solicitou a alteração no texto da agenda: onde se lê "Realizar campanhas nacionais contra homofobia", leia-se "Realizar campanhas nacionais contra lesbofobia, homofobia e transfobia".

A Delegação Paraguaia apresentou o seu Relatório Nacional, que encontra-se anexado a esta Ata. No relatório foi destacado os avanços no país em especial a parceria com a sociedade civil.

Posteriormente, a Delegação Brasileira apresentou o seu Relatório abordando os seguintes temas:

- Supremo Tribunal de Justiça – STJ – reconheceu o direito aos companheiros à previdência social complementar; Criou-se o Grupo de Trabalho LGBT da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Implantaram-se os Conselhos dos Direitos LGBT nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro; Decisões do STJ favoráveis ao direito à adoção; Ministério da Justiça realiza pesquisa de vitimização de populações vulneráveis com recorte da população LGBT; Criação da Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT; Realizou-se encontro de Gestores Públicos de Políticas para LGBT e Trabalhadores LGBT; Governo Federal publicou Decreto que instituiu o dia 17 de maio como sendo o dia nacional de combate à homofobia; Está em fase de implementação o módulo LGBT no dique 100 (dique denúncia nacional de violação de direitos humanos) e o



Ministério do Planejamento publicou portaria do Nome Social de Travestis e Transexuais.

**Foram tratados os seguintes temas:**

### **1) Assuntos Gerais**

A representante da sociedade civil do Brasil, Karen, ressaltou os avanços nas políticas no Brasil e lembrou que no Poder Legislativo há forte resistência (não só em relação ao tema LGBT, mas como o tema de Direitos humanos em geral). Essa forte resistência se dá pelas bancadas conservadoras. No entanto o Mercosul tem expectativa em relação ao Brasil por este país ser signatário em varias questões de direitos humanos.

A delegação brasileira informou que a partir das Convenções dos Bancários e da Infraero passou a se reconhecer direitos homoafetivos de funcionários destes órgãos.

A representante da Sociedade Civil do Brasil, Karen, perguntou sobre qual será a composição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC). Jeter respondeu que será composto por 15 (quinze) representantes do Governo e 15 (quinze) da sociedade civil.

### **2) Uso do Nome Social**

A delegação do Brasil apresentou os avanços no país referente ao uso do nome social de travestis e transexuais. Foi apresentada a portaria do Ministério do Planejamento, a Carta de Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde – SUS – do Ministério da Saúde e o quadro dos estados que regulamentaram o uso do nome social.

A delegação do Paraguai informou que o tema sobre o uso do nome social ainda é pouco difundido e se restringe à discussão entre organizações da sociedade civil, tendo a necessidade de avançar essa discussão entre o Governo e a partir dele gerar políticas públicas.

Foi esclarecido, pela Delegação do Brasil, que o uso do nome social se deu em âmbito federal e em escolas de rede pública (15 estados brasileiros reconhecem o uso do nome social: nove na área da educação; quatro na área de assistência social e dois na saúde; e nove municípios criaram leis próprias sobre essa temática).

A Delegação do Brasil informou que o Ministério da Saúde estipulou que as travestis e transexuais devem ser tratadas pelo nome social nas unidades de saúde (âmbito federal). Foi explicado à representante da Sociedade Civil paraguaia, Camila, como funciona a estrutura da saúde no Brasil e o uso do nome social. O uso do nome social não anula o nome civil. Pretende-se que o uso do nome social tenha os mesmos efeitos do nome civil, isso deve acontecer por meio de lei federal.

2



A Delegação do Brasil citou, ainda, que existe entendimento na jurisprudência que autoriza a mudança de prenome para travestis e transexuais, sem haver a necessidade de se submeter à cirurgia de mudança de sexo.

### **3) Processo de Transexualizador**

A Delegação do Brasil relatou informações quanto à disponibilização do processo transexualizador na rede pública de saúde. São cinco hospitais públicos no país que realizam esse processo.

A Delegação Paraguai relatou a dificuldade de implementar o processo transexualizador em seu país por causa do transfobia. Informou também a ausência de informações dos casos de violências sofridos por LGBT.

### **4) Censo 2010 – IBGE**

A delegação brasileira informou que o Censo 2010 realizado no país colhe informações sobre família compostas por casais homoafetivos e que a pesquisa MUNIC (levantamento de informações de direitos humanos no censo dos municípios realizado pelo IBGE) também incorporou no seu rol de informações coletadas, temas ligados aos direitos humanos sendo possível mapear quais dos seus municípios possuem políticas públicas para a população LGBT. Ressaltou-se que ambas as pesquisas geram informações muito importantes para a gestão nacional de políticas para LGBT.

No Brasil, a implantação do Disque-100 módulo LGBT gerará informações mais precisas com relação à violência contra a população LGBT.

### **5) Segurança Pública**

A Delegação do Brasil destacou a importância da participação das representantes do Paraguai no II Seminário Nacional de Segurança Pública (SENASP) e LGBT que ocorrerá entre os dias 8 a 12/11 no Rio de Janeiro/RJ (no Brasil).

### **6) Plataforma Virtual do Fórum RAADH**

A Delegação Brasileira expôs o lançamento e apresentação da **plataforma virtual do Fórum RAADH**, sendo criado e apresentado o ambiente do “GT Diversidade Sexual e Identidade de Gênero”. O Plenário solicitou a necessidade de corrigir o nome na Plataforma para “GT Orientação Sexual e Identidade de Gênero”.

Foi destacada a importância de se realizar uma reunião virtual com outros países não presentes, pedindo que eles incluam na Plataforma seus relatórios nacionais.

### **7) Planejamento para 2011:**



- Propostas do Brasil:

O Brasil considera importante a **inclusão do tema “Orientação Sexual e Identidade de Gênero” nos debates da Comissão Permanente de Discriminação, Racismo e Xenofobia**, inclusive em seu nome. Propondo: “Comissão Permanente de Discriminação, Orientação Sexual, Identidade de Gênero, Racismo e Xenofobia”. A Delegação Paraguaia ressaltou a importância da inclusão da temática LGBT nas discussões permanentes como forma de garantir a visibilidade dentro do âmbito das discriminações. As delegações do Brasil e Paraguai solicitam às altas autoridades a manutenção permanente do GT LGBT.

**Realização de campanhas nacionais contra a lesbofobia, homofobia e transfobia.** A Delegação Paraguaia apontou a necessidade e a importância das Campanhas, porém para viabilizá-la é necessário que sejam garantidas condições de financiamentos para cada país proponente da campanha. De acordo com a última XVII Reunião da RAADH a sociedade civil deverá contribuir na elaboração das campanhas.

Cronograma:

- Em 2011: realização de campanhas nacionais – Em março os países devem apresentar as campanhas nacionais que deverão ser lançadas após a RAADH;
- Em 2012: realização de campanha regional.

Foi discutido se cada país teria seu fundo ou se haveria um fundo em comum para financiar essas campanhas, podendo ser apresentadas propostas de cooperação internacional. **O GT propõe a criação de fundo específico para a realização das etapas nacionais e em 2012 da etapa regional.**

Proposta para a próxima RAADH – **Brasil e Paraguai propuseram a realização de um Seminário LGBT no Mercosul que antecederá a XIX Reunião da RAADH** que ocorrerá em Assunção, no Paraguai. O seminário terá como objetivo discutir com os países partes e associados e sociedade civil políticas de integração dos direitos humanos de LGBT na região.

As representantes da sociedade civil, Camila e Karen, propuseram que na programação do Seminário seja incluída uma Mesa sobre a Campanha Por Uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. As proponentes justificaram a importância da mesa, que tem como objetivo dar visibilidade à Campanha e discutir os desafios e caminhos para a conquista de uma Convenção no âmbito dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

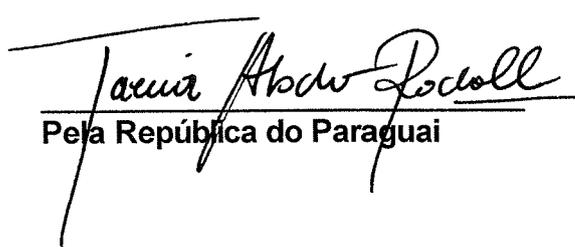
A representante da sociedade civil, Camila, fez considerações referentes à conduta tomada pela delegação paraguaia na XIV RAADH e solicitou que o Paraguai revise sua decisão e reconheça os princípios de Yogyakarta.



A delegação Brasileira leu a ata, agradeceu a todas as delegações presentes e representantes da sociedade civil, concluindo os trabalhos.

Estados Partes

  
Pela República Federativa do Brasil

  
Pela República do Paraguai

**ANEXOS**

**ANEXO I – Lista de Participantes (por Delegação)**